

Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: Dos primórdios até a Proclamação da República

Dirceu Fernandes Lopes ()*

A Imprensa no Brasil surgiu em 1706, em Pernambuco. Depois, em 1747, no Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1807, em Vila Rica, Minas Gerais. Essas três tentativas foram suprimidas por ordem do governo português. O objetivo da Coroa era manter a Colônia atada a seu domínio, nas trevas e na ignorância. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria da dominação. A ideologia dominante deveria manter o povo ignorante.

Em 1808, contudo, com a vinda da família real de Portugal para o Brasil, fugindo das forças de Napoleão Bonaparte, Antonio Araújo, futuro Conde da Barca, mandou colocar no porão do navio Medusa o material tipográfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra. No Brasil, mandou instalar o equipamento nos baixos de sua casa, no Rio de Janeiro. Em 31 de maio do mesmo ano, D. João VI oficializou a imprensa mediante o Ato Real.

Nascia, então, a Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. Isso aconteceu 308 anos após a descoberta do Brasil. Até então, Portugal não permitia a instalação da imprensa na Colônia. Assim, no dia 10 de setembro, saía o primeiro número da Gazeta do Rio de Janeiro, considerado por alguns historiadores o primeiro jornal brasileiro. No entanto, três meses antes, surgia em Londres o Correio Braziliense, que, embora tenha nascido fora da Colônia, é apontado também por historiadores como o primeiro periódico do País.

Marcada pelo oficialismo e pela oposição, a imprensa brasileira viveu assim os primeiros anos. Durante o Brasil Colônia apareceram no país mais de 50 jornais, a maioria de duração efêmera. A censura, que começara com a Imprensa Régia, acabou em 1821, e procurou caracterizar, porém, os chamados crimes de imprensa com punições.

Em 1811, a Imprensa Régia publicava a primeira revista carioca, O Patriota. Também nesse ano surgia, na Bahia, a Idade de Ouro do Brasil, nos mesmos moldes da Gazeta do Rio de Janeiro, que defendia o absolutismo. A Idade de Ouro nascia para neutralizar o material contrário a Portugal, que chegava ao Brasil com a abertura dos portos.

Marcada pelo oficialismo e pela oposição, a imprensa brasileira viveu assim os primeiros anos. Durante o Brasil Colônia apareceram no país mais de 50 jornais, a maioria de duração efêmera. A censura, que começara com a Imprensa Régia, acabou em 1821, e procurou caracterizar, porém, os chamados crimes de imprensa com punições.

Em 1811, a Imprensa Régia publicava a primeira revista carioca, O Patriota. Também nesse ano surgia, na Bahia, a Idade de Ouro do Brasil, nos mesmos moldes da Gazeta do Rio de Janeiro, que defendia o absolutismo. A Idade de Ouro nascia para neutralizar o material contrário a Portugal, que chegava ao Brasil com a abertura dos portos.

(*) Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Santos (1966) e mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1982; 1986). Atualmente, é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração. Atua principalmente nos seguintes temas: jornalismo, jornal laboratório, ensino, aprendizagem, técnica laboratorial.

Independência com liberdade de imprensa

A censura prévia, que teve fim em 1821, já tinha sido abrandada seis anos antes, em 1815, sendo permitida a publicação livre de anúncios, convites, letras de câmbio e outros papéis semelhantes. Com a liberdade de imprensa, surgiram vários jornais no Brasil. Boa parte desses periódicos procurava mobilizar a opinião da Colônia contra a dominação portuguesa.

Mas, se vários jornais defendiam a Independência, outros procuravam combatê-la. Nesse período, a imprensa se caracterizava por ser excessivamente doutrinária, relegando a informação para segundo plano. Outro ponto fundamental dos jornais era a linguagem violenta. Um dos que ficaram mais conhecidos por essa marca foi A Malagueta, que teve seu redator, Luís Augusto May, espancado por ter criticado o Ministério Imperial liderado pelos irmãos Andradas. Luís Augusto teve suas mãos aleijadas.

Em 1821, nascia o Diário do Rio de Janeiro, precursor dos atuais jornais informativos, o primeiro a publicar notícias do cotidiano, deixando de lado a tendência doutrinária dos outros órgãos. Seu conteúdo era voltado para furtos, assassinatos, diversões, espetáculos, observações meteorológicas, correio, anúncios de venda de escravos, leilões, compras, vendas, achados e alugueis. Passou a ser chamado de Diário do Vintém, pelo baixo preço, e Diário da Manteiga, porque publicava os preços desse produto. Circulou até 1878.

Barata, exemplo de resistência

Entre os muitos jornalistas punidos por irreverência ou injúria ao governo colonial, estava o baiano Cipriano Barata. Nascido em 1762, em Salvador, Barata estudava na Universidade de Coimbra em 1789, quando acontecia a

Também em 1821 surgiu, na Bahia, o Diário Constitucional, primeiro periódico criado no Brasil para defender os interesses brasileiros. O jornal apoiava a maioria brasileira na Junta Provisional, que substituiu o governador baiano. Essa Junta era formada pela maioria de portugueses e tinha o apoio de órgãos oficiais, conhecidos como áulicos, principalmente o Semanário Cívico e Idade do Ouro do Brasil. O Diário venceu essa primeira campanha eleitoral da imprensa brasileira.

Com a Independência, a imprensa intensificou a luta pela normalização da vida política no Império, pregando ordem, liberdade e respeito à Constituição, influenciando no curso dos acontecimentos. Com o fim da Gazeta do Rio de Janeiro, em 1822, foram criados diversos jornais da Imprensa Áulica, entre eles o Espelho, que transcrevia jornais de Lisboa e publicou vários artigos de D. Pedro I, considerado um jornalista panfletário, irreverente e polêmico, que publicava artigos inflamados contra seus adversários. D. Pedro utilizava vários pseudônimos: Simplício Maria das Necessidades, Sacristão da Freguesia de São João de Itaboraí, O Inimigo dos Marotos, Piolho Viajante, O Anglo-Maníaco, O Espreita, O Ultrabrasileiro, O Filantropo e o Derrete Chumbo a Cacete.

O fim da censura não impedia que a Corte tentasse manter a Colônia sob seu domínio, utilizando a imprensa. Para cada jornal que nascia na oposição, surgiram muitos outros combatendo a Independência.

Revolução Francesa. A primeira vez que manteve contato com a imprensa foi com a distribuição de panfletos durante essa Revolução, agitando a burguesia contra a monarquia. Ativista da Conjuração Baiana e da República em Pernambuco em 1817, depois deputado constituinte em 1823, Barata estreava, em 9 de abril desse ano, com o jornal Sentinela da Liberdade na

Guarita de Pernambuco. Este defendia a Independência com mudanças radicais e era contra a escravatura.

O jornal saía às quartas-feiras com linguagem vigorosa e crítica, mostrando as podridões do poder. Preso em várias oportunidades por desafiar e denunciar as mazelas do regime, na medida em que mudava de prisão, Barata soltava um novo jornal. Assim, criava o jornalismo do cárcere. O Sentinela da Liberdade, que por tantas vezes teve suas edições interrompidas, recebeu vários complementos em seu nome, de acordo com o lugar em que Barata esteve preso: Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Sentinela da Liberdade na Guarda do Quartel General, Sentinela da Liberdade na Guarita de Villegaignon.

O Sentinela da Liberdade inspirou a criação de dezenas de outros jornais com esse nome pelo país. Barata foi um dos pioneiros da liberdade de imprensa e, em 1823, escreveu:

Pasquins: jornais ou panfletos?

Outubro de 1822, um mês depois da proclamação da Independência, a liberdade de imprensa volta a ser cerceada. O clima agitado da época provocou o aparecimento dos pasquins, com característica panfletária e linguagem violenta que chegava à calúnia e ao insulto pessoal. Seu conteúdo refletia o ardor das facções em divergência. Liberais e conservadores travavam verdadeira guerra de palavras, utilizando os pasquins que, geralmente, tinham vida efêmera.

Os próprios títulos demonstram o que eram os jornais: O Enfermeiro dos Doutos; O Palhaço da Oposição; O Grito dos Oprimidos; O Burro Magro; O Brasil Aflito; O Caolho; O Torto da Artilharia; O Soldado Aflito; O Crioulinho, e muitos outros. Pelos títulos, dá para perceber que, frequentemente, os pasquins recorriam ao preconceito, à aliciação das forças armadas e aos apelidos.

Toda e qualquer sociedade onde houver imprensa livre, está em liberdade; que esse povo vive feliz e deve ter alegria, segurança e fortuna; se, pelo fato contrário, aquela sociedade ou povo que tiver imprensa cortada pela censura prévia, presa e sem liberdade, seja debaixo de que pretexto for, é povo escravo que pouco a pouco há de ser desgraçado até se reduzir ao mais brutal cativo.

Em 1825, depois de ser preso na Fortaleza do Brum, em Recife, por participar da Conjuração do Equador (uma rebelião que reuniu vários estados do Nordeste contra D. Pedro I), Barata publicou um jornal com o título: Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na Fortaleza do Brum, por ordem da Força Armada Reunida. Alerta!

Em 1835, Barata escrevia o seu último Sentinela da Liberdade, aos 75 anos. O jornal durou 13 anos, mas outros apareceram em todo o país, mesmo depois de sua morte em 1º de julho de 1838.

Em agosto de 1827, a censura voltou a ser abolida. Isso provocou o aparecimento de novos jornais pelas províncias. Nesse ano, surge o Farol Paulistano, primeiro jornal da Província de São Paulo. Geralmente, os periódicos eram do tipo pasquins, que refletiam o interesse das autoridades, de intelectuais ou de alguns grupos. Também tinham vida efêmera.

Em 1829, começou a circular o segundo jornal da Província de São Paulo: o Observador Constitucional. Em 20 de novembro de 1830, João Batista Líbero Badaró, fundador do jornal, foi assassinado. Antes de morrer, deixou uma frase que reforça sua resistência ao governo português: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade.”

As forças políticas da época eram divididas em três grupos: direita conservadora; direita liberal; e esquerda liberal (exaltados). A direita conservadora publicava os órgãos da Imprensa Áulica,

como Diário Fluminense, Jornal do Commercio e O Analista. A direita liberal utilizava seus jornais, como a Aurora Fluminense e a Astrea, para combater os excessos do governo e a pregação violenta da imprensa liberal de esquerda. Já a esquerda liberal era responsável pelos pasquins, que não poupavam os inimigos.

Enquanto os pasquins tinham vida curta, os órgãos da imprensa conservadora tinham sempre vida longa, como o Diário de Pernambuco (criado em 1825 e que existe até hoje), o Jornal do Commercio e o Correio Paulistano, entre outros. Entre 1832 e 1833, saíram do prelo 35 periódicos: 14 defendiam o governo e 21 faziam guerra aberta. A imprensa refletia as contradições sociais e políticas, além de influir no andamento dos acontecimentos.

A partir de 1837, a imprensa começou a utilizar a caricatura e, três anos depois,

Imprensa republicana e abolicionista

No período que antecedeu a proclamação da República, surgiram jornais com tendências republicanas e abolicionistas. Isso ocorreu por conta de jovens de famílias abastadas que iam estudar na Europa e voltavam ao Brasil com ideias novas e liberais, ideias republicanas. As dificuldades dos transportes e do Correio prejudicavam a chegada de jornais da Corte nas províncias, o que provocava o aparecimento de mais periódicos no Interior. Os ideais republicanos conquistaram a imprensa. Jornais defendiam a República e a libertação dos escravos. O Movimento Abolicionista era cada vez mais forte.

Quintino Bocaiúva, jornalista republicano, fez do jornal O Paiz, do Rio de Janeiro, uma tribuna para destruição do regime monárquico. Em 1875, nascia a Província de São Paulo, que mais tarde passou a chamar-se O Estado de S. Paulo. A imprensa republicana já contava com 74 jornais: 20 no Norte e 54 no Sul. Em

passou a circular no Rio de Janeiro A Lanterna Mágica, marcando o início das publicações ilustradas. A partir da metade do século XIX, o Império se consolidou e a imprensa política, representada, principalmente, pelos pasquins, esmoreceu. Com a organização urbana, que começou a se formar, a imprensa refletiu as transformações da época. Em 1852, sai o Jornal das Senhoras, com sonetos, cartas de amor e moda.

Foi a época da conciliação, com o arrefecimento ou fim das lutas partidárias. Começava a predominar o jornalismo mais conservador, exemplificado, principalmente, pelo Jornal do Commercio. Os periódicos atraíam o leitor com os folhetins, que contavam com a participação de escritores da época, como José de Alencar. Começava a crescer a imprensa abolicionista e afloravam os primeiros jornais com ideias republicanas.

1891, surgia o Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, montado como empresa. Trazia inovações como distribuição em carroças e ampliação dos correspondentes estrangeiros. Em 1895, era criado em Porto Alegre o Correio do Povo.

A imprensa destacava-se e recebia elogios. “Houve uma coisa que fez tremer as aristocracias mais do que os movimentos populares, o jornalismo” (Machado de Assis).

Foi na Primeira República a fundação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que completou 100 anos em abril de 2008 com uma história de luta pela liberdade de imprensa. Em fins do século XIX, a imprensa artesanal começou a ser substituída pela industrial. Em 1900, a República e a imprensa estavam consolidadas. A imprensa torna-se empresa. O jornalismo individual estava superado. Mas, ao virar empresa, a imprensa fica sob o domínio do Estado e do Capital.

Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica: As técnicas do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Três fases da imprensa brasileira. Santos: Presença, 1984.

CAPELATO, Maria Helena R. Imprensa e História do Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

FARO, José Salvador. Revista Realidade: 1966-1968. Tempos de reportagem na imprensa brasileira. São Paulo: Ulbra; AGE, 1999.

JORGE, Sebastião. A linguagem dos pasquins. [S. l.]: Litograf, 2000.

MACEDO, Riopardense de. Hipólito da Costa e o universo da liberdade. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira: 1968-1978. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

MARKUN, Paulo (Org.). Vlado: Retrato da morte de um homem e de uma época. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MELO, José Marques de. Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

MOREL, Marco. Cipriano Barata. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Alex. Caso Escola Base: Os abusos da imprensa. São Paulo: Ática, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WAINER, Samuel. Minha razão de viver: Memórias de um repórter. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.